



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Departamento De Compras e Contratos

TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21

INEXIGIBILIDADE, ARTIGO 74 INCISO I

SERVIÇOS CARTORÁRIOS DE REGISTRO DOS CONSELHOS ESCOLARES EDIÇÃO 2024-2025 DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Processo Administrativo nº 003259/2025 de 02 de maio de 2025 – Secretaria Municipal de Educação

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa – **CARTÓRIO DO 1 OFÍCIO DA COMARCA DE SÃO GABRIEL DA PALHA CNPJ. Nº. 33.103.601/0001-89**, para Registro dos Conselhos Escolares Edição 2024-2025 das unidades escolares: CMEI Dona Neca, CMEI Violanda Fracalossi Galetti, CMEI Vovó Zeffa e EMEF Irmã Adelaide Bertocchi, da Rede Municipal de Ensino para realização dos serviços de análise documental e registro em cartório, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, e no ETP.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Contratação de serviço cartorário de Registro dos Conselhos Escolares edição 2024 – 2025 para as unidades escolares:	serv.			
	CMEI Dona Neca		01	R\$ 349,06	R\$ 349,06
	CMEI Violanda Fracalossi Galetti		01	R\$ 473,69	R\$ 473,69
	PEM Vovó Zeffa		01	R\$ 515,36	R\$ 515,36
	EMEF Irmã Adelaide Bertocchi		01	R\$ 843,36	R\$ 843,36
VALOR TOTAL: R\$ 2.181,47 (dois mil cento e oitenta e um reais e quarenta e sete centavos)					

1.2. O prazo de vigência da contratação será de 30 dias contados do(a) emissão de autorização de fornecimento/execução, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Departamento De Compras e Contratos

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Não haverá danos ao meio ambiente, uma vez que o serviço não gerará tal problema para a Administração Pública.
- 4.2. A empresa fornecedora será contratada por meio de inexigibilidade de licitação (visto haver somente um cartório que presta este tipo de serviço em nosso município) com entrega única.
- 4.2.2. A empresa fornecedora deverá entregar o serviço conforme especificação na autorização de fornecimento/execução.
- 4.2.3. A empresa fornecedora deverá entregar os serviços na data estipulada na autorização de fornecimento/execução emitida pelo Departamento de Compras e Contratos.
- 4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O prazo de execução dos serviços será de 15 (quinze) dias, com início a partir da confirmação de recebimento da autorização de fornecimento/execução emitida pelo Departamento de Compras e Contratos.

5.2. Os documentos serão entregues na própria escola.

5.3. Contato:

- Telefone: (27) 3727-3993
- E-mail: semecsgp@gmail.com
- Responsável: Secretaria Municipal de Educação

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

6.1. Os serviços constituem-se de adequação dos Conselhos Escolares das Escolas da Rede Municipal de Ensino desta Secretaria Municipal de Educação, com serviço de análise documental e registro cartorário, com análise dos documentos para registro em cartório, possibilitando assim o recebimento de recursos através da UEX – Unidades Executoras próprias, promovendo a garantia da boa aplicabilidade dos recursos recebidos do FNDE e do PED - Programa Escola Democrática com repasse de recursos pela Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha para investimento em Custeio;

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO/ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

7.1. O contrato será substituído pela nota de empenho e autorização de fornecimento/execução.

7.2. A execução do serviço deverá ser acompanhada por um servidor da secretaria requisitante, a fim de zelar pela qualidade e quantidade dos itens a serem adquiridos.

7.3. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

7.4. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços.

7.5. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

7.6. Será exigido a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa, à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e de regularidade junto a Fazenda Municipal do



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Departamento De Compras e Contratos

domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente na forma da Lei que deverão ser validadas pela secretaria requerente ou fiscal de contrato.

8. DO RECEBIMENTO

8.1. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, por servidor designada pela autoridade competente, contado do recebimento da autorização de fornecimento/execução após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

8.2. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

9.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- O prazo de validade;
- A data da emissão;
- Os dados do contrato e do órgão contratante;
- O período respectivo de execução do contrato;
- O valor a pagar; e
- Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

9.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

9.6. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

9.7. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.11. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.12. Conforme Decreto Municipal nº 3.86/2023 será retido o Imposto de Renda na Fonte nos pagamentos efetuados por Órgãos, Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pelo



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Departamento De Compras e Contratos

Município de São Gabriel da Palha a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e prestação de serviços.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021.

11. SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor/prestador de serviço que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato.

11.1.2. Dar causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

11.1.3. Dar causa à inexecução total;

11.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

11.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

11.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

11.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado,

11.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do objeto.

11.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do objeto.

11.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

11.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

11.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) Multa, calculada na forma do edital, com base no total do valor da contratação realizada de forma direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 11.1 deste Termo de Referência, no percentual de 10% (dez por cento), na hipótese de cometimento das infrações previstas nos itens 11.1.1 a 11.1.7 e 20% (vinte por cento), se cometidas infrações previstas nos itens 11.1.8 a 11.1.12;

b.1) O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;

b.2) A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nos itens "c" e "d" abaixo:

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Departamento De Compras e Contratos

federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.12, deste Termo de Referência.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto.

11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o rito procedimental previsto no Capítulo I do Título IV da Lei 14.133/2021 – Das Infrações e Sanções Administrativas.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

12.1. Não se verifica contratações correlatas ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

13. RESULTADOS PRETENDIDOS COM A CONTRATAÇÃO

13.1 Com a contratação, buscaremos manter atualizados os Conselhos Escolares possibilitando assim o recebimento de recursos através da UEX – Unidades Executoras Próprias, promovendo a garantia da boa aplicabilidade dos recursos recebidos e garantindo o direito de participação e autonomia dos membros e comunidade escolar.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

14.1 Recursos materiais e humanos

14.1.1. A Secretaria envolvida fará o acompanhamento da prestação dos serviços, juntamente com os membros da diretoria do Conselho Escolar.

14.2. A Secretaria Municipal de Educação deverá acompanhar, fiscalizar, comprovar e relatar, por escrito, as eventuais irregularidades na execução dos serviços.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

15.1. Não haverá danos ao meio ambiente.

16. DECLARAÇÕES DE VIABILIDADE

16.1. A equipe de planejamento deste ETP e de acordo com a autoridade deste requerente, declara viável esta contratação.

17. JUSTIFICATIVAS DA VIABILIDADE

17.1. Considerando que os serviços constituem-se de atualização e adequação dos Conselhos Escolares das Escolas da Rede Municipal de Ensino desta Secretaria Municipal de Educação, com registro em cartório para fins de validação jurídica, dando assim legalidade aos Conselhos Escolares possibilitando validação jurídica, dando legalidade aos Conselhos Escolares.

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Departamento De Compras e Contratos

18.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Lei Orçamentária Anual, bem como requisição do sistema presente nos autos, sendo a contratação será atendida pela seguinte dotação:

FICHA – FONTE: 00616-15000025 No valor de R\$ 2.181,47 (dois mil cento e oitenta e um reais e quarenta e sete centavos)

19. DOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

19.1. A compilação de parte das informações mencionados na elaboração deste Termo de Referência foram estruturadas através do ETP – Estudo Técnico Preliminar elaborado pela secretaria requisitante.

São Gabriel da Palha, 06 de maio de 2025

Elaborado por:

RUTH BARBARA DA SILWA NASCIMENTO

Agente de Serviços Técnicos - Decreto nº 4.816/2025.

Mat. nº 002983



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Educação

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Processo Administrativo nº 3259/2025.

Este documento consiste em Estudos Preliminares necessários para assegurar a viabilidade da contratação, mensurar os riscos, determinar uma estratégia de contratação e fornecer subsídios para a elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico, bem como definir um plano de sustentação para a solução contratada.

2. LOCAL DE ENTREGA

2.1. A realização dos serviços ocorrerá por meio da Autorização de Fornecimento expedida pelo Departamento de Compras e após apresentação dos documentos pela própria escola, de acordo com o tipo de serviço a ser realizado baseado no anexo I deste Estudo Técnico Preliminar.

3. CONTATO

Tel: 27 3727-3993

Email: semecsgp@gmail.com

Responsável: Secretaria Municipal de Educação

4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

4.1. A contratação pretendida tem consonância com o planejamento estratégico desta Instituição.

5. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

5.1. Contratação de empresa especializada, **por meio de inexigibilidade**, para prestação de serviços cartorários, com fornecimento de material e mão de obra necessários para a execução dos serviços.

5.2. Considerando a necessidade de renovação dos Membros dos Conselhos Escolares de dois em dois anos e, em nosso município com a substituição de Diretores Escolares – Presidentes de Conselhos exigirem o registro em Cartório da nova Diretoria e Conselho Fiscal;

5.3. Considerando que embora a legislação autorize a utilização do recurso enviado aos Conselhos para manutenção e custear as referidas despesas de registros, a diretoria só estará apta a promover a atualização nos bancos após o devido registro, ou seja, não consegue efetivar o pagamento cartorário imediato ao registro.

5.4. Considerando que os Conselhos não possuem fins lucrativos não possuindo recursos para custear a atualização do Registro, havendo assim a necessidade de contratação;

6. ÁREA REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Educação.

7. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1 Os serviços constituem-se de adequação dos Conselhos Escolares das Escolas da Rede Municipal de Ensino desta Secretaria Municipal de Educação, com serviço de análise documental e registro cartorário, com análise dos documentos para registro em cartório, possibilitando assim o recebimento de recursos através da UEX – Unidades Executoras próprias, promovendo a garantia da boa aplicabilidade dos recursos recebidos do FNDE e do PED - Programa Escola Democrática com repasse de recursos pela Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha para investimento em Custeio;

7.2 Após a autorização de fornecimento a empresa terá até 15 dias corridos para realização dos serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Educação

7.3 Após a realização dos serviços a Contratada deverá emitir nota fiscal comprovando a realização do serviço.

7.1.2 Pagamentos

7.1.2.1. O pagamento será efetuado mediante o fornecimento à Administração Pública Municipal de Nota Fiscal Eletrônica de Serviço;

7.1.2.2. Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais, ou outra circunstância impeditiva, os mesmos serão devolvidos à empresa contratada para correção, sendo que o recebimento definitivo será suspenso, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação do novo documento fiscal, devidamente corrigido;

7.1.2.3 - No texto da Nota Fiscal Eletrônica deverão constar, obrigatoriamente, o objeto da contratação;

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO

8.1. Conforme preceitua o Decreto nº 3.268/2022 que regulamenta o Procedimento Administrativo para Pesquisa de Preço para Aquisição de Bens e Contratação de Serviços em Geral, no Âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de São Gabriel da Palha-ES.

8.2. A estimativa de preço foi realizada no âmbito mediante contato com o cartório;

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1 A solução a ser adotada consiste na contratação de empresa especializada em prestação de serviços de registros cartorários das Escolas da Rede Municipal de Ensino desta Secretaria Municipal de Educação, com análise documental necessária para a execução dos serviços, com registro em cartório para fins de validação jurídica, dando legalidade.

9.2 A contratação para a contratação da prestação de serviços deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações.

10 PLANILHA ESTIMATIVA DA QUANTIDADE E PREÇO DE MERCADO DA CONTRATAÇÃO:

10.1. A relação dos itens necessários para contemplar a solução, bem como a estimativa da quantidade, estimativa de preço de mercado, dos serviços a serem contratados são apresentados na tabela a seguir:

Item	Serviço	Quant	UN	Valor do Serviço
01	Contratação de serviços cartorários de Registro dos Conselhos Escolares Edição 2024 – 2025 para as unidades escolares CMEI Dona Neca, CMEI Violanda Fracalossi Galetti, CMEI Vovó Zeffa e EMEF Irmã Adelaide Bertocchi.	4	SERV.	Total R\$2.181,47

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

11.1. O objeto da contratação será composto por 04 itens, de preço total orçado previamente pela administração no valor **R\$2.181,47 (dois mil, cento e oitenta e um reais e quarenta e sete centavos)**. Compete à administração buscar o menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da prestação do serviço, o que exige a escolha da solução mais adequada e eficiente dentre as diversas opções existentes já por ocasião da definição do objeto e das condições da contratação, posto que seja essa descrição que impulsiona a seleção da proposta mais vantajosa.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

12.1. Não se verificam contratações correlatas ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Educação

13. RESULTADOS PRETENDIDOS COM A CONTRATAÇÃO

13.1 Com a contratação, buscaremos manter atualizados os Conselhos Escolares possibilitando assim o recebimento de recursos através da UEX – Unidades Executoras Próprias, promovendo a garantia da boa aplicabilidade dos recursos recebidos e garantindo o direito de participação e autonomia dos membros e comunidade escolar.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

14.1 Recursos materiais e humanos

14.1.1. A Secretaria envolvida fará o acompanhamento da prestação dos serviços, juntamente com os membros da diretoria do Conselho Escolar.

14.2. A Secretaria Municipal de Educação deverá acompanhar, fiscalizar, comprovar e relatar, por escrito, as eventuais irregularidades na execução dos serviços.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Não haverá danos ao meio ambiente.

16. DECLARAÇÕES DE VIABILIDADE

A equipe de planejamento deste ETP e de acordo com a autoridade deste requerente, declara viável esta contratação.

17. JUSTIFICATIVAS DA VIABILIDADE

Considerando que os serviços constituem-se de atualização e adequação dos Conselhos Escolares das Escolas da Rede Municipal de Ensino desta Secretaria Municipal de Educação, com registro em cartório para fins de validação jurídica, dando assim legalidade aos Conselhos Escolares possibilitando validação jurídica, dando legalidade aos Conselhos Escolares.

18. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 - As despesas serão realizadas conforme a disponibilidade de recursos financeiros na Ficha nº **616** Fonte nº**15000025**.

São Gabriel da Palha, 02 de maio de 2025.

18. RESPONSÁVEIS

18.1. Elaborado por:

Rafaela Kruger Curitiba
Auxiliar de Secretaria
Mat. nº4046

18.2. Autorizado por:

JANE LISLIE MARTINELLI DOS SANTOS
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 4.675/2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Departamento de Licitações

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 023/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003259/2025

Considerando estarem presentes os pressupostos administrativos da legislação que regem a matéria, RATIFICO a contratação por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, Parecer n. 0205/PGM/2025, com fundamento no art. 74, III da Lei 14.133/2021, em favor da empresa CARTÓRIO DO 1 OFÍCIO DA COMARCA DE SÃO GABRIEL DA PALHA, inscrito no CNPJ nº 33.103.601/0001-89, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada em serviços cartorários para Registro dos Conselhos Escolares Edição 2024-2025 das unidades escolares: CMEI Dona Neca, CMEI Violanda Fracalossi Galetti, CMEI Vovó Zeffa e EMEF Irmã Adelaide Bertocchi, da Rede Municipal de Ensino para realização dos serviços de análise documental e registro em cartório, no valor de R\$ 2.181,47 (dois mil cento e oitenta e um reais e quarenta e sete centavos); despesa que irá correr pela seguinte Dotação Orçamentária: Ficha 616 - \PROJ/ATIV: 2.508 – ELEMENTO DE DESPESA: 339039999000 - FONTE: 150000250000.

E, para a eficácia dos atos, DETERMINO que a presente ratificação e autorização sejam publicadas no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo, conforme prevê o art. 72, § único, da Lei nº 14.133/2021.

São Gabriel da Palha, em 27 de maio de 2025.

Tiago Rocha
Prefeito Municipal